

# Juiz autoriza pais a calcular o valor

Um grupo de pais de alunos do Colégio Luiz de Camões, no bairro de Pinheiros, obteve uma liminar judicial contra o decreto da liberdade vigiada. O juiz determinou que os pais calculem um valor que achem "correto" e, depois, façam o depósito em juízo das parcelas, garantindo que os alunos em débito com a escola possam fazer as provas bimestrais que começam, na próxima terça-feira.

"A liberdade vigiada não garante aos donos de escola que cobrem o que bem entendem. Eles devem adequar os preços à realidade econômica", afirmou o advogado Mauro Bueno, pai de uma aluna da escola. Em fevereiro, a mensalidade foi de Cz\$ 3 mil e subiu para Cz\$ 9 mil, em março. Segundo ele, cerca de 200 pais decidiram não pagar as mensalidades e, esta semana, receberam uma circular comunicando que as crianças não poderiam fazer provas. "Pedimos a liminar porque a escola não pode ser arbitrária", justificou Bueno.

"Vamos contestar a decisão na

segunda-feira", afirmou Luiz Alexandre Prata Martins, diretor administrativo do Colégio Luiz de Camões. Para ele, o aumento não é abusivo e os pais que se negam a pagar não podem exigir que as crianças façam provas. "Ninguém veio procurar a gente. São quatro ou cinco pais que não estão pagando."

## Pentágono

Após um mês de tentativas de negociação com a diretoria da escola, 240 pais do Colégio Pentágono entraram com um pedido de reclamação formal no Conselho Estadual de Educação, contra os aumentos. Desde terça-feira, eles estão tentando um encontro com a diretora Nancy Izzo, sem resposta. "Ontem (quinta-feira), ela disse que não tem interesse em conversar", afirmou Mauro Miranda, pai de dois alunos. Na próxima quarta-feira, o Conselho Estadual julga a reclamação e se o pedido for aprovado a escola terá dez dias para apresentar as razões do aumento.